

APRENDER SOBRE A CIDADE: A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE JOVENS ESCOLARES

Lana de Souza Cavalcanti¹

Resumo

A pesquisa tem como foco investigar possibilidades de contribuição da Geografia urbana para a formação de jovens escolares. Com esse intuito, busca analisar de uma parte as recentes contribuições da Geografia urbana acadêmica para compreender a cidade e seus desafios cotidianos e de outra parte as percepções e as práticas urbanas dos jovens escolares. As bases teóricas referentes ao ensino de Geografia estão centradas nas proposições do socioconstrutivismo, ressaltando o pressuposto de que os alunos são sujeitos ativos no processo de ensino aprendizagem, e devem ser considerados em seus saberes, em sua subjetividade e em seu desenvolvimento cognitivo. Com entendimento de que juventude é uma categoria social, estuda aspectos reveladores de culturas jovens no Brasil e na América Latina. No que diz respeito à temática geográfica, são considerados os autores que estudam a cidade e o urbano e as cidades educadoras. Empiricamente a investigação está centrada em pesquisa bibliográfica, observações e entrevistas junto a alunos do ensino básico de Goiânia. Com base nas reflexões desencadeadas pelo estudo, pretende-se organizar material didático que subsidie a formação continuada de professores de Geografia para trabalhar com a temática. A pesquisa iniciou-se em 2010 e sua conclusão está prevista para 2012.

Palavras chaves: geografia urbana Brasileira

¹ Universidade Federal de Goiás. E-mail: ls.cavalcanti@uol.com.br

Recentes contribuições da geografia urbana para compreender a cidade e seus desafios cotidianos

Grande parte das pessoas atualmente vive em cidades, que são locais complexos com modos de vida que se padronizou, sobretudo no mundo ocidental. Tais aspectos afetam todas essas pessoas, embora haja uma diversidade de grupos, uma multiplicidade de redes sociais, de manifestações culturais, em disputa e em conflito nesses mesmos locais. Com isso, as cidades se produzem numa dialética do local/global, do homogêneo/heterogêneo, da inclusão/exclusão, para que seus habitantes pratiquem a vida coletiva, compartilhando desejos, necessidades e problemas cotidianos.

A Geografia tem como tarefa compreender a complexidade das cidades. Para isso, busca ampliar sua temática e as abordagens teóricas, conservando, no entanto, seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Assim, na investigação geográfica, busca-se compreender, pela análise da cidade, a lógica que orienta a produção e a reprodução do espaço urbano, ressaltando suas dimensões materiais e simbólicas. Produzir espaço, produzir cidades, é produzir na macro e na micro escala, em todas as dimensões, a material, a simbólica e cultural, a social, pois elas estão ligadas à dinâmica interna da cidade – produção, circulação e moradia (CAVALCANTI, 2002). A produção desse espaço, no capitalismo, depende da atuação de seus agentes - os donos de capital, o Estado, as incorporadoras imobiliárias, os segmentos sociais; administrando diversos interesses em conflito e de acordo com a correlação de forças, promovendo a expansão horizontal da malha, a especialização dos lugares, a valorização e a segregação de suas partes. Esse processo é próprio das cidades modernas sob a hegemonia do capital e das relações capitalistas de produção.

Nessa produção, os processos de criação de valores urbanos, de segregação, de periferização e de produção de centralidades estão estreitamente interligados e decorrem da estratégia de ocupação e apropriação dos lugares pelas diferentes classes sociais. A valorização de uma área urbana está associada à produção/reestruturação do tecido urbano para a criação de centralidades. Por sua vez, a produção de centralidades e de suas áreas valorizadas leva à segregação de grandes parcelas das populações em áreas periféricas.

Na estruturação dos espaços urbanos, portanto, determinadas áreas tornam-se centralidades, pelas suas condições técnicas e de deslocamento e acessibilidade, possibilitando a circulação e aumento de fluxo. São eixos dinâmicos, de concentração,

cuja localização não coincide necessariamente com os centros originais ou os centros geométricos da malha urbana (SPÓSITO, 2001). Outro fenômeno empiricamente observável na cidade contemporânea, em relação dialética com essas áreas concentradas, é a dispersão urbana. Trata-se de um processo social relacionado ao estilo de vida mais contemporâneo, cuja consolidação em cidades brasileiras e latino-americanas está ligada a valores da sociedade moderna e de suas expectativas em relação ao padrão de consumo, sobretudo, aliando qualidade de vida “ambiental”, “busca de segurança” às possibilidades de deslocamento promovidas por meio do domínio cada vez maior do transporte automotivo particular e individual.

Buscando analisar outras dimensões da lógica de produção das cidades, estudiosos do mundo contemporâneo (HARVEY, 2005; SENNETT, 2000) tem chamado a atenção para práticas culturais norteadas por valores simbólicos em uma sociedade da informação, do espetáculo, da mídia, da homogeneização cultural, da competição global, que tem repercussões no cotidiano dos diferentes sujeitos que vivem na cidade. Entre essas repercussões, apontam, por exemplo, os fenômenos da privatização da vida social urbana, da padronização de comportamentos culturais, da “virtualização” do mundo do trabalho, entre outros, que, de algum modo, estão presentes em todas as cidades e atingem a todos.

Noutra perspectiva, as cidades são também expressão da diversidade de grupos, de desejos, de anseios, de rotinas, de estilos. Elas são lugares da diferença, do contato, do conflito. Percebê-la assim é importante para se reafirmar um projeto que garanta seu usufruto pela população, que garanta o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), em seu cotidiano. Na produção cotidiana da vida urbana, alguns elementos são básicos: os meios de transportes coletivos e suas linhas de circulação, as vias e a garantia de tráfego ininterrupto, os pontos de serviços emergenciais. Referindo-se a essa dimensão, Villaça (1998) destaca o papel do deslocamento na estruturação do espaço urbano. Segundo esse autor, as metrópoles brasileiras se estruturam com base no domínio, pelas burguesias, das condições de deslocamento do ser humano enquanto consumidor. Essa análise permite entender o quanto as possibilidades de usufruto desses espaços ficam limitadas em razão das dificuldades de deslocamento pela cidade.

Esses elementos possibilitam uma articulação entre a cidade, o espaço público e a cidadania, como tenho feito numa linha de pesquisa que destaca cidade, cidadania e cultura (CAVALCANTI, 2002), concebendo cidade como um lugar de culturas, e

cidadania como a que exercita o direito a ter direitos, a que cria direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública. A subjetividade dos sujeitos da cidade deve ser analisada na sua relação com a objetividade da produção do espaço, com os processos estruturantes da sua produção e com as contradições inerentes às múltiplas identidades desses sujeitos.

Tal enfoque destaca o espaço público como instância de exercício da cidadania. A preocupação com esse espaço revela uma concepção de gestão urbana mais democrática e participativa, com a meta de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Os espaços públicos são lugares da coabitação, onde se podem expressar as infinitas diferenças, onde ocorrem explicitações das divergências, das contradições, onde se promovem e se ampliam as possibilidades de construção de cidadania.

A produção do espaço urbano e a produção de um modo de vida humano estão em relação. Essa relação coloca, por sua vez, a tarefa de pensar, imaginar, propor novos modos de vida possíveis dentro de um ambiente já construído, mas que pode ser reconstruído. Como coloca Harvey (2004, p. 210): “Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas”.

As propostas alternativas de urbanismos, de reformulação de projetos e de arranjos urbanos têm a ver, assim, com projetos alternativos de sociedade. Por essa razão, foca-se aqui no interesse de capacitação das pessoas para ampliar possibilidades de usufruto da cidade, e de luta pela participação em sua gestão. Nessa empreitada, vale pensar em projetos articulados com a idéia de cidade educadora e na escola como responsável por processos educativos¹.

A compreensão da lógica contraditória da cidade, que materializa a dinâmica do capital e da sociedade e estão subjugadas à lógica da produção social e apropriação privada (CARLOS, 2005) é fundamental para se entender a segregação espacial e a negação do direito à cidade. Todavia, o caráter contraditório do espaço urbano faz com que sua produção não obedeça apenas a essa lógica racional, mas também às contra-

¹ As diferentes racionalidades que orientam o movimento do urbano expressam a complexidade do espaço, são resistências do lugar e dependem da organização coletiva da sociedade, da definição e conquista de territórios, da organização de movimentos sociais, da prática de uma cidadania consciente.

racionalidades (SANTOS, 1999; 2000), que resultam do movimento da vida social na esfera do cotidiano.

A geografia urbana no cotidiano da escola

A compreensão da complexidade do espaço urbano pelas pessoas a partir da contribuição da Geografia, conforme apontado, encaminha o raciocínio para o ensino e seus objetivos. Efetivamente, o conceito de espaço urbano (ou, de sua expressão mais empírica: cidade) tem ganhado importância no ensino de Geografia, por contribuir para a compreensão da espacialidade contemporânea. Atividades de análise e de produção de material didático com esse tema², no ensino de Geografia, tem mostrado que se trata de um tema complexo, que exige tratamento interdisciplinar e requer formação de um sistema amplo de conceitos.

Emerge, então, o destaque para o estudo dessa temática no cotidiano da sala de aula, não num enfoque convencional que prioriza informações e dados da realidade, mas priorizando o objetivo de formação de conceito, o que exige, antes de tudo, que os alunos possam aprender a analisar sua realidade local em relação a contextos mais globais. Deve-se levar em consideração, portanto, o local, visando propiciar a construção pelo aluno de um quadro de referências mais geral que lhe permita fazer análises críticas. No conjunto de temas que ajudam a Geografia a mediar um conceito de cidade para a vida cotidiana devem estar incluídos aqueles que se referem aos meios de socialização dos alunos e que representem sua geografia vivida, como cultura juvenil, linguagem e suas expressões, seus espaços de consumo, lazer, mercado, imagens, sons, ritmos, tecnologia, trabalho, códigos, lugares multiculturais, tempo e espaço dos sujeitos jovens adolescentes, construindo e estabelecendo práticas sócio-espaciais.

O desafio está em trabalhar esses temas do cotidiano e de suas demandas como tema da Geografia, efetivando a mediação entre os conhecimentos que os jovens tem sobre a cidade, suas práticas na cidade e os temas mais gerais e ligados à estruturação dos espaços urbanos no mundo capitalista, que são explorados pela Geografia Urbana,

² Sobre atividades de produção de material didático refiro-me às realizadas por uma equipe de investigadores, Repec – Rede de Pesquisadores do ensino de cidades, no Estado de Goiás, sob minha coordenação, que tem resultado na elaboração e publicação de Fascículos temáticos sobre a Região Metropolitana de Goiânia.

como centro/centralidades, concentração/expansão/dispersão urbana, valorização/segregação/periferização, produção/reprodução do espaço, diversidade cultural e interculturalidade das práticas espaciais.

O estudo dessa temática possibilita trabalhar com conceitos geográficos elementares, como os de paisagem, lugar e território.

O conceito de paisagem ajuda a compreender as práticas e as concepções dos jovens sobre a cidade e a vida urbana. Ela é o domínio do visível, a expressão visível de um espaço; é o domínio do aparente, de tudo que a visão alcança; do que é vivido diretamente pelo corpo, com todos os sentidos - visão, audição, tato, olfato, paladar - ou seja, é a dimensão das formas que expressam o movimento da sociedade. A observação e compreensão dessas formas, em seus aspectos subjetivos e objetivos, servem para dar caminhos de análises do espaço. Além disso, focar na paisagem significa também abordar as imagens construídas sobre o espaço, imagens dos alunos, e também imagens dos governantes, por exemplo.

Outro componente estruturador do conceito de urbano é o lugar. A cidade pode ser vista como lugar, pois é onde se produz um modo de vida, onde se exerce no cotidiano a cidadania, onde se produz as práticas sociais cotidianas com sua irredutibilidade. O lugar é o meio possível de manifestação da globalização, e também o meio de resistência à hegemonia do global, do capital global, dos padrões globais de funcionamento da sociedade (SANTOS, 1999, 2004; HARVEY, 1989, CARLOS:1997). O lugar sofre os impactos das transformações provocadas pela globalização, conforme suas particularidades e em função de suas possibilidades. Nos lugares, podem se materializar as ações planejadas globalmente, e neles se manifestam a identidade, o subjetivo.

O lugar é categoria relevante da análise geográfica, e também uma perspectiva metodológica no ensino, na medida em que se considera que uma maneira adequada de trabalho docente é partir do lugar, considerando a realidade concreta do espaço vivido dos alunos e professores (CALLAI, 2000; STRAFORINI, 2004). O lugar deve ser referência constante, para que o estudante construa seu conhecimento a partir da sua interação com a realidade mediada por instrumentos simbólicos. Mas isso não significa trabalhar o espaço vivido restrito aos seus limites empíricos, pois o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo, expressa relações mais gerais, mais globais, em sua complexidade e em suas contradições.

Outro conceito relevante na concepção de espaço urbano é o de território. Um primeiro aspecto a considerar é que a estruturação de territórios está vinculada às relações de poder, à estratégia de grupos sociais, mobilizados em contextos históricos e geográficos determinados, na produção de identidades e de lugares, no controle do espaço. Alguns geógrafos brasileiros (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2009; e SOUZA; 1995, 2009) tem articulado conceitos como os de territorialidade, desterritorialização, reterritorialização, para entender a dinâmica dos territórios. Para Haesbaert, por exemplo, território numa perspectiva integradora visa entender as dimensões política, econômica, cultural e natural da prática espacial, resultantes de processos de identificação e de apropriação espaciais. Destacando aspectos diferentes, os autores mencionados convergem no destaque aos processos atuais de múltiplas territorialidades, flexíveis, tecidas na trama multiescalar de relações sociais, de redes, de nós.

Na articulação dos conceitos de paisagem, lugar e território, incorpora-se a discussão sobre identidade e cultura, para compreender as práticas espaciais dos sujeitos no cotidiano da cidade, e as temáticas daí derivadas: os processos de identificação cultural, as identidades múltiplas, a crise da identidade, a acentuação da diferença (Canclini, 2005, 1995; Hall, 1997; Woodward, 2009).

Com base nesses pressupostos teóricos, busca-se ampliar a compreensão de jovens escolares, suas práticas espaciais e suas percepções sobre a cidade, no intuito de que esse conhecimento possa ser incluído no trabalho docente como requisito do tratamento didático.

Percepções de jovens escolares sobre a cidade e suas práticas espaciais

A coexistência de diversidade de culturas torna as cidades lugares de manifestações globais, manifestações universais e lugares de encontros, lugares da diferença. Nesse sentido, a multiculturalidade e a interculturalidade, a espacialidade, as territorialidades são temáticas para compreender a prática dos sujeitos na cidade, destacando-se os jovens escolares.

Esses jovens têm um conhecimento espacial, eles são cidadãos em busca de identificação e, assim, produzem uma “geografia”. Nas práticas de ensino é relevante compreendê-los, entender como eles vivem em seu lugar, em seu cotidiano, como se

relacionam com esse lugar, com seu bairro, sua cidade. Ou seja, apreender sua cultura no contexto brasileiro contemporâneo, destacando elementos universais (ou mais gerais) e particulares do que se poderia chamar de cultura geográfica de jovens escolares, entendendo por essa expressão concepções, hábitos, comportamentos, inter-relacionamentos, rotinas, gostos sobre o espaço e práticas espaciais desses jovens.

Inicialmente, pode-se elencar traços gerais da cultura de jovens no contexto contemporâneo (Libâneo, 2006): forte relação com os meios de comunicação e informação, resultando em subordinação à moda e aos padrões de consumo; realização cotidiana de multitarefas; comportamento de hedonismo, ou seja, a busca prioritária de prazer individual e imediato; intolerância à frustração; ética predominantemente individualista; freqüente banalização do amor e do sexo; fascínio por imagens e mensagens violentas e aversão às relações hierárquicas, valorizando a prática de relações horizontais (com os amigos mais que com os pais e com a escola).

Seguindo na compreensão das culturas juvenis, acrescentam-se as complexas redes (virtuais ou não) de identificação que eles formam, nas quais travam lutas por garantia de pertencimento e de afeto, inserindo-se em diferentes processos de identificação, o que requer que se fale em juventudes e em culturas jovens³. Nesse processo identitário, conforme especialistas (CATANI e GILIOLI, 2008; OLIVEIRA, 2007; PAIS, 2006; NOVAES, 2006), os jovens buscam uma experiência social gregária e ao construírem suas identidades em tempos e lugares específicos constroem culturas. Seus diferentes agrupamentos tem vinculações políticas, ideológicas, simbólicas, implícitas ou explícitas, sendo, de toda forma, maneiras que encontram de interpretar e de manifestar suas próprias concepções de mundo, de vida, de lugar, de espaço, maneiras de contestar a cultura dominante.

Em suas práticas, os jovens usam seus corpos e a cidade, ocupando-os, apropriando-se deles e produzindo neles suas marcas. Sendo assim, participam das práticas espaciais formadoras de territórios, de múltiplas territorialidades. Na formação e na manutenção desses territórios, os jovens fazem suas marcas, “modelando” suas paisagens, reais e imaginárias. Em levantamento da produção geográfica sobre a

³ A categoria juventude é entendida como uma construção social. Não pode ser tomada em sua base biológica, mas, pode-se limitá-la para os estudos em faixa etária, sendo que muitos deles consideram a faixa entre 15 a 24 anos. No entanto, ressalta-se a necessidade de se considerar contextos específicos e suas diferenças, e de se falar em juventudes e em culturas juvenis, no plural, para expressar elementos de identidade e processos de identificação de inúmeros grupos sociais.

juventude e sua espacialidade no Brasil⁴, confirma-se o que é afirmado por Turra Neto (2009), de que os estudos sobre juventude na Geografia no Brasil ainda são tímidos.

Tomando-se, no entanto, os últimos números dos periódicos *Cidades e GEOgrafia*, fui possível encontrar alguns geógrafos que têm contribuído para esses estudos, como o próprio Turra Neto (2009), Rodrigues (2009) e Tartaglia (2010). Suas investigações tem em comum a preocupação de demonstrar a indissociabilidade entre o espaço e as relações sociais, que pode ser observada nos movimentos de grupos de jovens pela apropriação do espaço público; nas suas práticas estéticas e identitárias que se materializam no espaço urbano e no próprio corpo (ele mesmo um espaço); nas trajetórias próprias que resultam em processo de reterritorialização na cidade. Para Turra Neto, “o hip-hop, não é apenas um movimento social de reivindicação e luta, mas também o seu principal espaço de viver uma juventude possível” (p. 142)). Rodrigues (2009) exemplifica isso ao analisar o hip-hop, afirmando que o espaço para esse grupo é fundamental, pois é a referência espacial subjetiva que agencia os componentes da negritude e da classe (elementos de sua identificação), e esclarece que, no Brasil, esse espaço são as favelas e as periferias das cidades: “nesses espaços não há fragmentação ou dissociação das questões raciais e de classe. Ser negro e pobre significa, na maior parte dos casos, viver em favelas e periferias” (p. 106).

Nesse sentido, apontam para o protagonismo desses movimentos na construção de novos projetos para a cidade. Turra Neto apresenta uma visão dessas culturas como resultados de redes de sociabilidade, com possibilidade de serem acionadas em certas situações de atuação contestatória ou reivindicatória e propõe:

No caso específico da Geografia escolar, se ela considerasse os territórios existenciais, construídos e vividos no cotidiano, e as referências culturais pelas quais as redes de sociabilidade juvenis são constituídas, poderia incorporar uma reflexão que levasse o jovem e a jovem a perceberem-se como fazendo a sua cidade, como tecendo uma Geografia a partir da sua presença e movimentação no mundo, a partir das relações identitárias e políticas que estabelecem (p. 152).

⁴ Levantamento e análise de periódicos de Geografia no Brasil, dos últimos 5 anos, realizado por Izabella Peracini Bento, Flávia Maria de Paula, Lucineide Mendes Pires e Emerson Bernardes da Silva, no Laboratório de pesquisa em ensino de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás.

Nessa linha, algumas pesquisas tem trazido à tona as percepções dos jovens sobre as cidades e suas práticas reveladas. Nelas, sobressaem idéias de que os grupos de jovens possuem singularidades, que dão a eles identidades, identidades territoriais; para garanti-las, os grupos se aliam ou rivalizam resultando muitas vezes em disputas territoriais, como estratégias espaciais.

No que diz respeito às práticas espaciais, destacam-se, como estratégias de identificação dos jovens nas cidades, as pichações e os grafites. Os pichadores inserem-se na paisagem urbana como forma de representar e ressignificar a cidade, demarcando nela seus territórios. Outra prática de jovem relacionada com o espaço urbano que tem a mesma origem da pichação é o grafite. Sem querer entrar na discussão sobre diferenças e semelhanças entre pichações e grafites, enquanto arte urbana, nem valorar um ou outro, é preciso destacar que ambos são formas encontradas por indivíduos ou grupo de jovens para imprimir sua marca na cidade, para buscar reconhecimento, para demarcar territórios, para contestar o sistema vigente, para ir além do que institucionalmente é tido como legítimo. Nessas práticas, os jovens pichadores, por exemplo, tem como critério de escolha de locais a dificuldade de acesso, ou a ocupação de “áreas” já ocupadas por outro grupo. Esse é um dos indícios de que pichação é uma alternativa de prática cotidiana nas metrópoles considerada como diversão, aventura, perigo.

Analizando outro grupo que imprime sua marca na cidade, tem-se a territorialidade do grafiteiro que se incorpora ao próprio tecido urbano, em praticamente toda a sua abrangência, como seu território (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 2009).

No exercício dessas práticas, os grupos desenvolvem um sistema de rituais e ritos, linguagens, vestuários, locais de encontro, estabelecem fronteiras, ainda que imaginárias e imprecisas. Para a gestão urbana, e para a participação dos jovens nessa gestão, é preciso analisá-las, sem preconceitos, sem estereótipos, como um processo comunicacional, no qual a interação com os outros grupos é importante, mesmo que seja como reação negativa, mesmo que seja como conflito na conquista de território, mas sempre como alternativa de apropriação do espaço da cidade. Falando sobre os pichadores, escreve Lara:

o pichador equaciona o seguinte raciocínio: quanto maior a repressão maior a aventura; quanto maior a aventura maior a

fama; quanto maior a fama, maior o destaque do grupo, mais publicidade, e maior influência na área, aumentando seu território sem correr muitos perigos e sem gastar muita tinta” (apud, Masson, p. 34, 2005).

Nessa prática de jovens está também a definição de seus lugares de ficar, como grupos, seus lugares da cidade, lugares que eles identificam como seus, se identificam neles. Por exemplo, em Goiânia, os pichadores de rua costumam freqüentar praças, feiras ou shopping centers (MASSON, 2005).

Outros grupos, como punks, skinheads, patricinhas, camilinhas, nerds, clubbers, hip-hoppers, cowgirls, break-girls, gays, bacaninhas, webdesigners, publishers, mauricinhos, darks, góticos, rockabillys, hippies, surfistas, skatistas, hooligans, junkies, ravers, cybermanos, pitboys, newagers, ongieiros, vivem a cidade e se apropriam de lugares públicos, como rua, praças, shopping, praia, como um modo de enfrentar e “quebrar” a lógica da segregação, da privatização e do individualismo presente na produção dos espaços urbanos. Mas ainda são predominantes algumas diferenças nas práticas espaciais dos jovens de classe média e alta em relação aos de classe baixa, mantendo-se o apartamento social (MARTINS, 2005). Esse apartamento pode ser observado nos lugares de lazer, que são os mais freqüentados por eles, os bares, os parques e os shoppings.

Analisando a juventude de Goiânia, Martins (op. cit.) constatou que os de classe média e alta são mais desenraizados em relação aos lugares, realizando um “nomadismo urbano” característico em suas práticas de lazer:

Eles não freqüentam o lugar em si, mas sim o que se desenvolve neles, nos locais da moda. Esse comportamento não foi percebido nas práticas espaciais dos jovens da periferia da cidade que se mostraram mais limitados no deslocamento e na variabilidade de lugares que freqüentam... A relação com as ruas e com os lugares públicos como praças e parques, presentes em seus bairros ou na região próxima, é muito forte. Neles, esses jovens se territorializam, criam suas teias de relacionamento e ação, se socializam e se expõem ao cotidiano da sociedade. (p. 215).

Outra dimensão sobre a relação dos jovens com a cidade são suas percepções. Em diversas pesquisas sobre o jovem em Goiânia (SANTOS, 2004, MARTINS, 2005, MASSON, 2005), constata-se que há uma imagem positiva da cidade, pois em seus depoimentos eles apontam como características o fato de nela existirem diferentes opções de lazer, de consumo, de serviço, de encontro, de sociabilidade dos grupos. Eles também demonstram que tem consciência de seus problemas, apontando a violência, as drogas, o trânsito, o transporte coletivo. No entanto, na gestão e na produção do espaço da cidade eles nem sempre se percebem como responsáveis pela solução desses problemas.

Considerando-se esses elementos dos diferentes grupos de jovens (mais ou menos organizados, mais ou menos definidos, contestatórios ou não), percebe-se que eles são potenciais protagonistas da produção do espaço urbano, o que acentua a pertinência de incluir na escola uma discussão sistemática sobre espaço urbano, cidade, produção espacial, cultura, entre outros.

A geografia urbana de jovens escolares e a escola: encaminhamentos para a prática de ensino

No conjunto de questões que expressam a preocupação dos professores com a motivação dos alunos, podem ser acrescentadas: é possível trabalhar em sala de aula temas da espacialidade sem que os alunos os encarem como objeto sem interesse? Como aproximar os temas apresentados para discussão em sala de aula com os temas que emergem da espacialidade vivida pelos alunos no seu cotidiano? Como se pode relacionar a geografia vivida com a Geografia ensinada do espaço escolar? É possível encontrar ligações entre essas diferentes “espacialidades”? Quem são os alunos sujeitos com os quais se relaciona em sala de aula? Que lugares são referências para eles? Com que lugares se identificam, quais são seus espaços de socialização?

A possibilidade de a escola e as aulas de Geografia superarem sua fragilidade enquanto referência dos alunos está em romper com esses distanciamentos entre o que se ensina e o que se vive. O desafio está em abolir o formalismo dos conteúdos sem deixar de se orientar pela estrutura conceitual do conhecimento geográfico; dinamizar, tornar vivos os conteúdos sem fragmentá-los em temas pontuais, com discussão rasteira e recheada de exemplos empíricos, com apelo ao subjetivo e emocional, sem munir os alunos de referentes da análise ampla do contexto em que vive.

Para pensar em formas de trabalhar com os alunos temas de sua cultura e de sua geografia como conteúdo da Geografia escolar, pode-se sugerir uma intervenção pedagógica com alguns passos, como os seguintes:

1 - Identificando os grupos - discutir os diferentes grupos que existem na cidade partindo da própria realidade da sala de aula e do grupo de alunos, levantando seu perfil, suas práticas, levando-os a perceberem semelhanças e diferenças entre eles, de gênero, de raça, de classe, de religião, de preferências de lazer, de condição social e sexual. É possível discutir esse perfil juntamente com o significado de cultura, de identidade cultural e de lugar, como manifestação da espacialidade, com seus simbolismos e com a dimensão do vivido, no cotidiano.

2 - Compreendendo os territórios - ao propiciar momentos de discussão sobre as práticas, comportamentos e valores dos alunos e de seus grupos, é possível desenvolver idéias sobre a dinâmica de formação de seus lugares: como esses lugares se configuram, tomando forma, conseguindo espaço-tempo de se manifestar. Segue-se com a orientação de mapear os territórios dos diferentes grupos – os lugares que ocupam e como o fazem – na escola, na vizinhança, no bairro, na cidade. Essa temática, com atividades para que os alunos observem, anotem, descrevam os diferentes territórios, permite a abordagem dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como própria da dinâmica de constituição dos territórios e das relações de poder estabelecidas.

3 - Descobrimos os espaços públicos e discutindo a cidadania – a partir do espaço escolar e do bairro da escola pode-se levantar os espaços públicos e privados, associando essa atividade com a apresentação e debate de possíveis direitos e deveres definidos para as práticas individuais e coletivas em cada um deles. É relevante destacar a conexão entre o espaço público e a construção de cidadãos, particularmente dos jovens, porque permite aprofundar uma compreensão de cidadania que supere sua ligação apenas a normativas legais, formalidades contratuais, busca de direitos individuais em oposição aos direitos públicos. Essa é uma abordagem que visa permitir ao aluno a consciência de seu protagonismo potencial nos projetos de sociedade e de cidade a ser construído.

4 - Explorando conceitos – trata-se de explorar conceitos considerados atualmente bastante importantes na ciência geográfica, como territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade, lugares, não-lugares, culturas, ambiente, paisagem, espaços valorizados, deteriorados, ocupações no espaço, agentes da produção do espaço, entre

tantos outros que ajudam a construir um conceito de espaço urbano. Para esse fim, não é adequado focar o trabalho em apresentação de definições e cobrança de sua reprodução; a pesquisa na área do ensino de Geografia, já tem consolidado a concepção de que formar conceitos é um processo que deve nortear o ensino ao longo dos anos de formação, no qual pode-se apresentar definições, mostrar formulações já sistematizadas e também deve-se explorar idéias prévias dos alunos, suas percepções e imagens.

5 - Narrando espacialidades – como atividade de síntese, as narrativas dos alunos são instrumentos bastante potencializadores no processo de cognição, na medida em que permite a elaboração/criação individual dos conhecimentos, possibilita a tomada de consciência de suas próprias reflexões (a metacognição) e a tomada de posição diante do que foi estudado, visto, observado. Para essa atividade pode-se propor, ao longo do estudo ou no final, pequenos relatos orais e/ou escritos de um determinado tema.

Referências

CALLAI, Helena C. (2000). Estudar o lugar para compreender o mundo. In: Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Medição.

CALLAI, Helena C., CASTELLAR, Sonia V. e CAVALCANTI, Lana de S. (2007). Lugar e cultura urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil. In: Terra Livre, ano 23, vol. 1, no. 28. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Presidente Prudente, SP: AGB.

CARLOS, A. F. A. (2005). O direito à cidade e a construção da metageografia. In: Cidades: revista científica/Grupo de estudos urbanos. Vol. 2, no. 4. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos.

_____. (1997) O lugar no/do mundo. São Paulo: HUCITEC.

CATANI, Afrânio M e GILIOLI, Renato de Sousa P. (2008). Culturas juvenis, múltiplos olhares. São Paulo: Editora da UNESP.

CANCLINI, Nestor Garcia (2005). Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

_____ (1995). Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

CAVALCANTI, L. de S. (2002): Geografia e práticas de ensino. Goiânia/Go: Editora Alternativa.

HALL, S. (1997). Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A.

HAESBAERT, Rogério (2006). O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à “multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand.

HARVEY, David (2005). Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (1989). Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola.

LEFEBVRE, Henri (1991). O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes.

LIBÂNEO, José Carlos (2006). Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? *Educativa*. v. 9, no. 1. Goiânia: Editora da UCG, jan./jun.

MARTINS, Wilmont de M. (2004). Trilhas juvenis: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, Goiânia, Goiás.

MASSON, José Renato (2005). Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, Goiânia, Goiás.

NOVAES, Regina (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de, e EUGENIO, Fernanda. (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves (2007). Estéticas juvenis: intervenções nos corpos e na metrópole. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo. vol. 4 n. 9, p. 63 - 86 mar. Acesso em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/5026/4650>. consultado em 20-06-09.

PAIS, José Machado (2006). Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de, e EUGENIO, Fernanda. (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

RODRIGUES, Glauco Bruce (2009). Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip-hop. In CIDADES: Revista científica/grupo de estudos urbanos. Vol. 6, no. 9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.

SANTOS, Eliete Moreira dos (2007). O jovem e a cidade: um estudo sobre jovens migrantes e sua relação com Goiânia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, Goiânia, Goiás.

SANTOS, Milton (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec.

_____ (1999). A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

_____ (2004). Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.

- SAQUET, Marcos Aurélio (2009). Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. e SPÓSITO E. S. (orgs.). Territórios e territorialidades : teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia.
- SENNETT, R. (2000). A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, Marcelo J. L (1995). “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In CASTRO, I.E. e outros (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2001). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.) Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente, Unesp/FCT, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- SPÓSITO, M. E. B. (2001). Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.) Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente, Unesp/FCT, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- STRAFORINI, Rafael (2004). Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume.
- TARTAGLIA, Leandro e OLIVEIRA, Denílson Araujo de (2009). Ensaio sobre uma Geografia dos Grafites. GEOgrafia. Vol. 11, no. 22. UFRJ.
- TURRA NETO, Nécio (2009). Punk e Hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. In: Cidades: Revista científica/grupo de estudos urbanos. Vol. 6, no. 9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.

VILLAÇA, Flávio (1998). Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP.

WOODWARD. Kathryn (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.